

Conquistas importantes, embates ainda a travar

Após quatro meses de greve acumulamos conquistas políticas, organizativas, salariais e de defesa da Universidade Pública. Porém, Reitoria manterá seu projeto neocolonial

A greve de docentes e funcionários técnico-administrativos das universidades estaduais conquistou a reversão da intransigência, da indisposição ao diálogo e da perspectiva de desconstrução do Cruesp e dos sindicatos do Fórum das Seis, encabeçadas, principalmente, pela atual Reitoria da USP. Em todo este processo, ficou clara a iniciativa de M.A. Zago e V. Agopyan de procurar deslegitimar os sindicatos de docentes e funcionários como interlocutores e negociadores de políticas para a universidade, em particular as de caráter salarial. Tal ataque era importante para aplainar o terreno e tentar instalar um projeto de universidade operacional, produtivista e neocolonial.

O primeiro passo seria o arrocho de salários, acompanhado de perto pela investida contra o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), pela desqualificação do corpo docente, pela privatização dos Hospitais Universitários — desconstruindo, assim, a USP como universidade na qual florescessem ensino, pesquisa e extensão críticos e de excelência.

Nossa disposição de luta, juntamente com a racionalidade de nossos dados, argumentos e propostas, derrotou o intento inicial da Reitoria, construindo justamente o contrário do que pretendiam: a legitimidade da Adusp como instrumento de organização e defesa dos docentes na busca de melhores condições de vida e trabalho acadêmico e de uma universidade pública, gratuita e republicana, que possa contribuir para a reversão das condições indignas de vida e trabalho a que tem sido submetida a maioria da população brasileira.

Durante todo o processo, ficou evidente o projeto de cunho neocolonial, originário do Banco Mundial e consolidado no Protocolo de Bolonha, que M.A. Zago e

V. Agopyan pretendiam implantar na USP. Ficou clara a perspectiva privatizante, materializada seja na proposta de desvinculação dos hospitais universitários — o HU em São Paulo e o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC, “Centrinho”) em Bauru — seja na introdução de um perverso Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), que pode comprometer seriamente o trabalho acadêmico na instituição. Ao mesmo tempo, exigiam dos diretores de unidade o corte de ponto dos funcionários, para realizar um confisco salarial sem precedentes na história da USP. Em franco ataque e desrespeito à autonomia da universidade, a Reitoria judicializou a greve dos funcionários técnico-administrativos, denunciando-a no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-2).

Avanços no Cruesp. Entre nossos eixos de luta, dois eram centrais desde o início do movimento: por um lado, não aceitaríamos arrocho salarial; por outro lado, considerávamos fundamental lutar pelo aumento do financiamento destinado às universidades estaduais paulistas e sua perenidade, em contrapartida ao esforço de expansão realizado por USP, Unesp e Unicamp. Levamos estas propostas e perspectivas, embasadas em dados e análises econômicas e acadêmicas, à opinião pública, bem como à Assembleia Legislativa (Alesp) — e, durante Ato Público realizado diante do Palácio dos Bandeirantes em 14/8, protocolamos em reunião com representantes do governo estadual a pauta de reivindicações do Fórum das Seis por mais verbas para as universidades estaduais paulistas. Conquistamos amplo apoio ao movimento e às suas reivindica-



M.A. Zago e V. Agopyan: derrotados, por ora

ções por meio da realização do ato “SOS USP: em defesa da universidade pública”, realizado em 2/9. É bom lembrar que nossa reivindicação salarial era um reajuste de 7,05%, índice Dieese entre maio de 2013 e abril de 2014; acrescido de 3% de compensação por perdas passadas.

Assistimos, mais uma vez, a demonstrações de intransigência total de M. A. Zago e A. Vahan, por intermédio de sucessivas propostas de 0% de reajuste, ao mesmo tempo em que declaravam à imprensa que a USP não precisa de mais recursos. Uma atitude que comprometia seriamente o funcionamento do Cruesp, inviabilizando qualquer forma de negociação salarial unificada, portanto isonômica, das universidades estaduais.

Esta diretriz de ação política da Reitoria da USP começou a ser derrotada pela força do movimento na reunião de 2/9 do Conselho Universitário (Co), que se viu impelida a aprovar uma proposta a ser encaminhada ao Cruesp, elaborada pela Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) por iniciativa do próprio reitor, de reajuste em duas parcelas: 2,6% em outubro/14 (a ser paga em novembro) e 2,534% em janeiro/15 (a ser paga em fevereiro), perfazendo um acumulado de 5,2%, índice FIPE entre maio de 2013 e abril de 2014.

No dia seguinte, na primeira reunião entre Fórum das Seis e Cruesp em que houve alguma negociação efetiva neste ano, os sin-

dicatos conquistaram um pequeno mas significativo avanço: pressionados, os reitores concordaram que as parcelas de reajuste — agora convertidas em duas de 2,57% — fossem pagas respectivamente em setembro/14 e dezembro/14, de forma que os 5,2% incidissem sobre o 13º salário.

Enquanto isto, a judicialização da greve dos técnico-administrativos trazia mais derrotas para a Reitoria da USP: o TRT-2 decidiu pela restituição imediata dos salários confiscados; proibiu o novo confisco que seria realizado em 5/9; e reconheceu a obrigação da universidade de respeitar a data-base (1º/5), sugerindo, como conciliação, o pagamento de 28,6% de abono, equivalente a fazer retroagir a maio/14 o reajuste de 5,2%. O Fórum das Seis incorporou a reivindicação dos 28,6% de abono, abrindo mão de sua reivindicação original. Mais uma vez, a força do movimento reconstruiu a unificação da negociação salarial das três universidades: 28,6% de abono, além dos 2,57% em setembro e dezembro de 2014.

Tão importante quanto a conquista salarial foi o reconhecimento por parte do Cruesp — embora sempre acompanhado pela desqualificação, velada ou não, da parte do reitor da USP — de que o Fórum das Seis tinha razão no que reclamava há anos: aumentar a alíquota de repasse de verbas para as universidades; fazer cessar o desconto do montante da Habitação e mudar a base de

cálculo deste repasse, de modo a incluir entre outras alíneas as parcelas da quota-parte do Estado relativas a multas e juros de mora do ICMS e da dívida ativa deste imposto. A tabela 1 indica as semelhanças e diferenças entre a proposta do Fórum das Seis apresentada ao governador e à Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Alesp (que continuaremos a defender) e a do Cruesp, protocolada por meio do seu ofício 24/2014 na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo (<http://bit.ly/1mpfAUg>).

Merece também registro a mudança de alíquotas do ICMS-QPE presentes na proposta do Cruesp, descritas na tabela 2.

Não devemos subestimar a importância desta mudança de postura do Cruesp, ganho político do movimento. Para termos uma ideia, a sangria devida ao desconto da Habitação e ao fato de que a base de cálculo das universidades não é o total do produto do ICMS-QPE chega a R\$ 1,887 bilhão apenas até agosto/14! Se incluirmos os cerca de R\$ 3 bilhões do programa Nota Fiscal Paulista distribuídos em 2014, chegamos à incrível cifra de R\$ 4,887 bilhões até agosto/14!

A reconstrução do Cruesp como locus de negociações entre as entidades do Fórum das Seis e as administrações das universidades estaduais foi mais uma conquista política da greve. Em consequência, ficou acertado com o Cruesp que o debate e a negociação da próxima data-base terá início em abril/15. Além disso, serão constituídos dois Grupos de Trabalho (GT) compostos por membros indicados pelo Cruesp e pelo Fórum das Seis “para construção de documento conjunto com definição de conceitos, diretrizes e princípios em dois relevantes temas: (1a) Isonomia entre as três Universidades e (1b) Assistência e permanência estudantil” (Comunicado Cruesp 03/2014).

Ganhos organizativos.

A construção do movimento conjunto de docentes e funcionários técnico-administrativos estabeleceu relações de cooperação e debate que propiciaram uma interação produtiva, preservando a autonomia dos sindicatos e o respeito a diferenças e divergências, tanto de pontos de vista, quanto de métodos de luta.

Na Adusp, a constituição e o trabalho dedicado e entusiasmado da Comissão de Mobilização (CM) merecem destaque especial. Além de tornar-se um espaço de debate político de qualidade, de conver-

Tabela 1 - Comparação das propostas de ampliação do financiamento das universidades públicas estaduais (Fórum das Seis e Cruesp)

	Fórum das Seis	Cruesp
Habitação	Cessaçãõ imediata do desconto	idem
Aporte Emergencial-2014	0,7% do ICMS-QPE	0,337% do ICMS-QPE
LOA-2015	Adicionais 0,7% aos 9,57% do ICMS-QPE	Adicionais 0,337% aos 9,57% do ICMS-QPE
LDO-2016	No mínimo, 10% do total do produto do ICMS-QPE	No mínimo, 9,907% do total do produto do ICMS-QPE ¹
Teto Salarial	90,25% do subsídio de ministro do STF	idem
Educação em Geral	No mínimo, 33% do total do produto dos impostos	Não incluíram

1. Embora não conste explicitamente do Ofício 24/2014 do Cruesp à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, o Cruesp informou na reunião de 18/9 que a base de cálculo proposta para os 9,907% é a mesma utilizada pelo Fórum das Seis.

Tabela 2 - Novas alíquotas de repasse do ICMS-QPE por universidade, reivindicadas pelo Cruesp

Universidade	Alíquota atual (%)	Alíquota proposta (%)	Aumento (%)
Unesp	2,3447	2,4747	5,54
Unicamp	2,1958	2,2678	3,28
USP	5,0295	5,1645	2,68
Total	9,57	9,907	3,52

gência e síntese de posições e propostas, potencializou a construção de inúmeras atividades de discussão e debate (<http://bit.ly/1qo1ZYr>), a produção de frequentes edições do Boletim da Greve, a inserção de matérias analíticas sobre o movimento e seus rumos no site da Adusp, assim como o surgimento de blogues de divulgação e defesa do movimento. A CM teve um papel fundamental no sucesso do ato “SOS USP: em defesa da universidade pública”, seja no empenho em projetar e construir este evento, seja na sua consecução efetiva.

Muitos colegas, em diversas unidades, trabalharam na disseminação de ideias e propostas, envolveram-se com a análise criteriosa das informações divulgadas pela Adusp, construindo um ambiente de realimentação positiva e colaboração que fulminou o raquitismo intelectual ao qual querem nos submeter. Isso ajudou-nos a perceber que não é mereo sonho o projeto de universidade pública, gratuita, laica, democrática e socialmente referenciada, na qual frutifica o debate intelectual crítico, interdisciplinar e criativo, bem como o encontro de experiências e vivências políticas, culturais e afetivas: é possível de construir, na prática. Esta experiência marcante enche de energia quem dela participou, para dar continuidade às lutas renhidas que teremos de travar...

Embates à frente!

É imperioso atentar para o fato de que as diretrizes da Reitoria permanecerão. Que surpresas desagradáveis nos aguardam quando sair o relatório do GT Atividade Docente? (Registre-se, a propósito: embora reiteradamente convidado, até agora esse GT não se apresentou para debater suas propostas com a Adusp.) Qual passará a ser a posição da CERT? Voltaremos à situação de vinte anos atrás, quando M. A. Zago foi membro (nomeado em 1994) e depois presidente da CERT (1997-1998), época na qual os regimes de trabalho eram rebaixados por avaliações produtivistas?

No caso dos hospitais, ainda que o governo do Estado tenha, no momento, desautorizado qualquer interesse seu tanto no HU como no HRAC, continua inalterada a perspectiva da Reitoria de destruição da contribuição essencial ao ensino, pesquisa e extensão realizada por essas instituições, substituindo-a pela apropriação privada de suas capacidades instaladas, seja por fundações ditas “de apoio”, seja por Organizações Sociais (OS) ou pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH, ligada ao governo federal).

Entretanto, nem tudo é “céu de brigadeiro” para a Reitoria da USP. Além do desgaste político intenso a que foi submetida pelo movimento, descobriu-se que a

resolução sobre o HRAC tomada pelo Co em 26/8 é nula de direito: teria de conseguir dois terços dos votos para ser aprovada (77); e não metade mais um, como ocorreu (63). A Adusp tomará medidas administrativas solicitando a anulação da decisão. Além disso, está em discussão na Câmara Municipal de Bauru uma moção de protesto dos vereadores contra a decisão do Co, reivindicando a manutenção do HRAC como órgão complementar da USP.

Será necessário manter nossa presença e pressão na Alesp de forma a obter, na Lei Orçamentária Anual (LOA-2015), a ser discutida e votada após as eleições, a complementação de investimento, agora defendida tanto pelo Fórum das Seis quanto pelo Cruesp.

É nossa responsabilidade acabar, de vez, com a estrutura de “capitania hereditária” da USP, perpetuada por transições conservadoras, que sob a égide do novo garantem apenas a continuidade de um autoritarismo arcaico e desprovido de qualificação para coordenar uma universidade que seja merecedora deste nome.

A nossa experiência recente mostrou, mais uma vez, a necessidade de democratização profunda da estrutura de poder e das relações sociais na USP, que só poderá ser realizada por meio de uma Estatuinte exclusiva, democrática e soberana.

Assembleia considera movimento amplamente vitorioso e suspende a greve em 22/9

Os presentes à sessão de 18/9 da Assembleia Geral (AG) Permanente da Adusp, após ouvirem os informes das unidades, discutirem e avaliarem a situação, decidiram suspender a partir de 22/9 a greve iniciada em 27/5, considerada a vitória obtida pelo movimento coordenado pelo Fórum das Seis contra a intransigência do Cruesp e, em especial, as pretensões da Reitoria de congelar salários, derrotar os sindicatos e dismantlar a USP e seu caráter público.

Os docentes deliberaram manter a AG Permanente; dar continuidade à luta contra os planos da Reitoria e por maior financiamento das universidades estaduais, tendo como eixos a não desvinculação dos hospitais; a oposição ao Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) e à redução de jornadas com redução de salários; mais recursos para as universidades na Lei Orçamentária (LOA); a defesa da carreira e do RDIDP; a democratização e a Estatuínte; manutenção e fortalecimento da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), garantido-se que as atividades de ensino, pesquisa e extensão tenham condições efetivas de desenvolvimento.

Foram também aprovados: 1) declaração quanto à reposição ou retomada, com qualidade, das atividades afetadas pela greve; 2) carta aos estudantes; 3) manifestação de repúdio à violenta desocupação de imóvel ocupado por trabalhadores sem teto, perpetrada em 16/9 pela Polícia Militar no centro de São Paulo; 4) manifestação de pesar pelo falecimento de Dirceu Travesso (Didi) e de reconhecimento da sua trajetória de defesa de causas sociais, todos disponíveis no *Boletim da Greve 17* (<http://goo.gl/3v1Qqb>). Uma proposta de extinção da Caeco foi remetida para avaliação nas instâncias da entidade.

Informes de unidades e Fórum das Seis. Dez unidades deram informes e recomendaram a suspensão da greve. Em seguida, o professor Ciro Correia, presidente da Adusp, fez a denúncia de que a desvinculação do HRAC é nula de direito, porque



Votação que suspendeu a greve na Assembleia de 18/9

Daniel Garcia

necessitava de quórum qualificado do Co — pois a exceção introduzida no inciso 13 do artigo 16 do Estatuto da USP, em 2011, referia-se especificamente aos Núcleos de Apoio à Pesquisa (NAPS), na sua condição de órgãos de integração, e não se estendia aos órgãos complementares, caso do HU e do HRAC. Tal quórum não foi alcançado: a Reitoria obteve 63 votos a favor, ao invés dos 77 necessários. “Tomaremos todas as providências cabíveis”, adiantou Ciro.

O professor César Minto, da coordenação do Fórum das Seis, informou sobre as posições que seriam levadas à reunião com o Cruesp, no mesmo dia: “Vamos fazer o registro de que a pauta foi entregue em 28/3 e que eles optaram por não discuti-la mas apenas informar, em 12/5, do zero por cento. Não havia necessidade de tudo isso que passamos para que houvesse esse desfecho. Vamos tocar na reposição de aulas e no trabalho acumulado, fechar antes o primeiro semestre com qualidade”, disse.

Sobre o financiamento, explicou ele, o Fórum das Seis irá solicitar ao Cruesp que sejam expostos nos respectivos “Portal da Transparência” os dados orçamentários brutos (e não apenas os dados agregados) das três universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza (Ceeteps). Também insistirá na necessidade de busca efetiva de mais recursos para a educação e para as universidades.

“Vamos reivindicar que sejam democratizadas as universidades em todos os seus aspectos: acesso, estrutura de poder; não criminalização e revisão das punições, co-

mo corte de pontos (inclusive de greves anteriores, no caso da Unesp); e que as ouvidorias sejam canais efetivos de interlocução”, acrescentou. Ele disse que o Cruesp será instado a discutir e negociar respeitando a próxima data-base (1º/5/15) e que o Fórum das Seis tratará também dos GTs sobre políticas de acesso e permanência e isonomia nas três estaduais e no Ceeteps.

César informou ainda que o Sintusp consultou a entidade sobre o destino a ser dado ao restante das cestas básicas doadas pela Adusp aos funcionários que sofreram corte de ponto. Como a USP foi obrigada pelo TRT-2 a pagar os salários confiscados, tais cestas não seriam mais necessárias para os funcionários. O Sintusp propôs encaminhá-las às vítimas do incêndio da Favela do Piolho. “Obviamente concordamos”, disse César, sendo fortemente aplaudido.

Avaliação unânime.

Intervenções de vários docentes destacaram a atuação decisiva dos sindicatos na greve. Jorge Souto Maior (FD) e Rosângela Sarteschi (FFLCH) enfatizaram a liderança da Adusp no processo. Kimi Tomizaki (FE) chamou a atenção para os espaços de mobilização existentes na entidade, como os GT. Também as atividades desenvolvidas pela Comissão de Mobilização (CM) foram lembradas, pelos diretores da Adusp, como importante contribuição à luta da categoria. Ressaltou-se, ainda, a participação dos representantes dos doutores no Co, José Renato Araújo e Marcelo Moreno (titular e suplente), cujo blogue tornou-se uma fonte

importante de informações sobre o que se passa naquele colegiado.

O professor Francisco Miraglia, após dar informe sobre os acontecimentos relativos à audiência pública em Bauru sobre o HRAC, salientou as dimensões da vitória obtida: “Tínhamos dois eixos fundamentais: 1) arrocho não!: conquistamos 5,2%, conquista forte e importante do movimento; 2) necessidade de financiamento: o Cruesp teve de ceder à nossa racionalidade”, adotando diversas propostas do Fórum das Seis (cujas alterações detalhou), as quais ele assim definiu: “Fruto da nossa luta e derrota líquida do Zago”. Elençou, ainda, como vitórias do movimento “a capacidade de aumentar o nível de diálogo e compreensão entre professores e funcionários” e a atuação da CM, “que trabalhou duro”.

A AG de 18/9 constituiu-se num acontecimento assaz singular na vida da Adusp. Ocorreu permeada por lúcida compreensão de ter conseguido enfrentar, com firmeza, subsequentes episódios “de soberba, de autoritarismo explícito, que obscurecem a razão e impedem a prevalência do bom senso”, por parte da militância da Reitoria da USP, como registrou um colega, e impregnada por aquela emoção que caracteriza momentos de incrível “sensação de dever cumprido”. Vale a pena conhecer ou revisar as várias intervenções realizadas pelos colegas do plenário (<http://bit.ly/1ylXRT2>). Objetivamente, tudo isso fortaleceu e fortalece e muito a Adusp. Resistiremos.

Estatuínste exclusiva, democrática e soberana!

Cronologia da mais longa greve da história da USP

27/5 Inicia-se a greve de docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes da USP, Unesp e Unicamp, após duas reuniões entre o Conselho de Reitores (Cruesp) e o Fórum das Seis terminarem com proposta de 0% de reajuste salarial para os servidores. No mesmo dia, audiência pública na Assembleia Legislativa (Alesp) aborda o financiamento das universidades, sem a presença de nenhum dos reitores, que haviam sido convidados.

3/6 Realizado o primeiro grande ato unificado do Fórum das Seis em frente à Reitoria da Unesp, no Anhangabaú. O reitor da USP passa a dar declarações contundentes à mídia e diz que pretende flexibilizar o RDIDP.

4/6 AG da Adusp aprova carta em repúdio a declarações do reitor, que foi lida para o vice-reitor V. Agopyan, após docentes ocuparem o saguão da Reitoria.

10/6 Novo ato unificado é realizado, desta vez em frente à Reitoria da USP. O objetivo: exigir que o reitor leve posição favorável à negociação salarial para a reunião entre Cruesp e Fórum das Seis marcada para 13/6.

12/6 Os reitores cancelam a reunião agendada para o dia seguinte entre Cruesp e Fórum das Seis.

13/6 Em Ribeirão Preto, M.A. Zago reúne-se com estudantes e concorda em receber, separadamente, representações de funcionários e de docentes. Critica a greve e nega que os repasses de ICMS às universidades sofram com manobras contábeis do governo estadual; diz basear-se em artigo do secretário Andrea Calabi (Fazenda).

18/6 Aula Pública na Praça da Sé: o tema abordado é “Direito à Educação e à Saúde”, a cargo de vários colegas, incluindo o professor Paulo Arantes (FFLCH).

24/6 Fórum das Seis comparece a reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2015).

25/6 Forte indignação dos docentes com novas declarações do reitor, agora concedidas à revista *Veja* (edição de 25/6/14), marca a sessão da AG realizada no auditório da FE. Por ampla maioria decide-se dar continuidade à greve.

27/6 “Arraial da Greve” é realizado em frente à Reitoria da USP,



Ato de 3/6

Fotos: Daniel Garcia



Aula pública na Sé (18/6)



Arraial da Greve (27/6)

com declamação de poesias, forró, quadrilha, quentão. A tentativa de entregar à administração a “chave da negociação” não dá certo: reitor, vice-reitor e chefe de gabinete não se encontram no prédio. Em Campinas, o reitor da Unicamp, Tadeu Jorge, em encontro com centenas de docentes da instituição, reconhece a legitimidade da greve e responsabiliza o reitor da USP pelo impasse nas negociações do Cruesp.

1/7 Novo ato do Fórum das Seis em frente à Reitoria da Unesp pressiona pela abertura de negociações. A presidente do Cruesp concorda em conversar com uma comissão. Após a manifestação, professores, funcionários e estudantes vão à

Alesp pedir mais verbas para as estaduais paulistas.

3/7 Reunião de negociação entre Fórum das Seis e Cruesp termina com novo 0% de reajuste salarial. Reitores insistem que as “pautas específicas” sejam discutidas isoladamente por cada universidade.

4/7 LDO-2015 é aprovada na Alesp, sem incorporar nenhuma das emendas formuladas e apresentadas pelo Fórum das Seis.

15/7 Nova sessão da AG no auditório da FE, com moral elevado e “casa cheia”. A greve é mantida por ampla maioria, com apenas quatro abstenções e nenhum voto em contrário.

21/7 Coordenadoria da Administração Geral da USP (Codage) envia às unidades a Circular 12/2014, que orienta os diretores de unidade a cortar o ponto dos funcionários técnico-administrativos em greve, abrindo possibilidade de desconto dos dias parados.

Adusp e Sintusp fazem declaração conjunta em que denunciam atentado ao direito de greve.

28/7 Diante do endurecimento da Reitoria, a AG da Adusp endossa declaração conjunta contra o corte de ponto.

30/7 Adusp reúne-se com M.A. Zago e V. Agopyan, “para tratar de padrões de diálogo político”, dada “a falta de interlocução compatível”. A reunião termina sem qualquer avanço.

31/7 Unicamp concede abono de 21% aos professores, aplicado sobre o salário de julho. No mesmo dia, em assembleia da Adunicamp, a categoria encerra a greve. Os funcionários técnico-administrativos, porém, continuam parados.

4/8 Após a liberação da folha de pagamentos, o desconto nos salários é confirmado.

7/8 Sessão da Assembleia Geral (AG) Permanente da Adusp lota o Auditório da História: é a maior realizada pela categoria desde o início da greve. A entrada da EE na greve, mobilização no IB, fortes assembleias setoriais na FSP e na FAU empolgam a AG, que recebe com grande emoção e alegria a notícia da libertação de Fábio Hidaki Hirano e de Rafael Lusvarghi, presos ilegalmente por semanas. A

AG delibera pela continuidade da greve, com três abstenções e um único voto contrário, e aprova a doação de cerca de mil cestas básicas para os funcionários prejudicados com a medida da Reitoria. Em resposta ao confisco dos salários, funcionários e estudantes trancam os três portões da USP.

8/8 Aula magna da professora Marilena Chauí (FFLCH) sobre a Universidade Operacional, no auditório da FAU.

12/8 Adusp reúne-se na História com cerca de 60 membros de 13 congregações, com a finalidade de discutir o real quadro financeiro da USP.

13/8 Fórum das Seis participa de audiência da CFOP da Alesp e apresenta suas reivindicações quanto ao financiamento das uni-

18/8 Nova sessão da AG decide manter a greve, sem votos contrários e com apenas duas abstenções.

19/8 Reitoria da USP protocola no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) ação declaratória de abusividade do direito de greve, exclusivamente contra o Sintusp.

20/8 TRT-2 indefere o pedido da USP, no mesmo dia em que novo “trancaço” dos portões da universidade ocorre e é duramente reprimido pela Tropa de Choque da Polícia Militar.

22/8 Começam a surgir manifestações de unidades e instâncias da USP contra o pacote de medidas da Reitoria, caso da Congregação da FCF, direção da FM e Conselho de Graduação.

26/8 Reunião do Co no IPT,



Fotos: Daniel Garcia

Atos de 14/8, 3/9 (à direita) e 16/9 (IPEN)

versidades estaduais: imediata interrupção dos descontos relativos à Habitação; repasse imediato de 0,7% da QPE do ICMS a ser depositada até outubro de 2014; acréscimo correspondente a esses 0,7% aos 9,57% constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015; e a elevação do repasse, na LDO-2016, para 10% do total do produto do ICMS. Um manifesto contra o corte de ponto dos funcionários é lançado no Auditório da História.

14/8 Ato unificado sai do Portão 1 da USP e segue até o Palácio dos Bandeirantes. Milhares de pessoas participam da manifestação. Fórum das Seis apresenta a representantes da Casa Civil as propostas discutidas na véspera na Alesp. No mesmo dia, vaza na *Folha de S. Paulo* documento da Reitoria sobre um “plano de recuperação” da USP, que inclui um plano de demissões voluntárias, transferência do Hospital Universitário (HU) e do Hospital de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC) para a Secretaria Estadual da Saúde, redução da jornada com redução de salários e outras medidas.

15/8 Em reunião com diretores de unidades, M.A. Zago apresenta seu pacote de medidas “saneadoras”.

tumultuada e comandada com mão de ferro por M.A. Zago, é realizada para aprovar o pacote da Reitoria. A mobilização em defesa do HU faz com que a votação sobre a desvinculação do hospital seja adiada por 30 dias. Contudo, Co aprova “a toque de caixa” e sem considerar o quórum qualificado de 2/3 dos membros (77) a desvinculação do HRAC (por 63 x 27, 16 abstenções).

28/8 M.A. Zago e V. Agopyan recebem, na Fuvest, comissão da Adusp. Os docentes, em cumprimento a decisão da AG de 18/8, buscam dialogar com a Reitoria para que reveja o confisco dos salários de funcionários. A reunião é frustrante, mas produz um desmentido do reitor: “Fui mal interpretado! Eu nunca disse que o RDIDP é uma jabuticaba brasileira [sic], eu tenho apreço pelo RDIDP, mas precisa ver onde ele é de fato necessário”. No mesmo dia, a AG da Adusp decide fortalecer uma série de atividades, entre as quais o ato “SOS USP” e iniciativas contra a aprovação do Programa de Incentivo à Demissão

Voluntária (PIDV).

1/9 TRT-2 considera o corte de ponto ilegal, determina o pagamento dos salários descontados “em 48 horas”, e proíbe confisco do salário de agosto.

2/9 Realizado com grande sucesso, na Praça do Relógio, o ato “SOS USP”, que mescla teatro, música e política e demonstra ampliação do arco de apoios ao movimento. No mesmo dia ocorre uma nova reunião do Co (desta vez no IPEN), que aprova o PIDV (por 71 x 30, quatro abstenções) e a proposta de reajuste salarial de 5,2% em duas parcelas (a serem pagas em novembro e fevereiro, respectivamente, sobre os salários de outubro e janeiro), a ser encaminhada ao Cruesp (75 x 15, duas abstenções).

3/9 Após meses sem negociações, reunião entre o Cruesp e o Fórum das Seis aprova reajuste de 5,2%, a ser pago em duas parcelas de 2,57%, uma em outubro e outra em janeiro (referentes respectivamente aos salários de setembro e dezembro). Manifestantes das três estaduais paulistas realizam ato às portas da sede do Cruesp, fortemente guardada pela PM.

5/9 Nova sessão da AG decide manter a greve. Indica ao Fórum das Seis que reivindique ao Cruesp

das universidades. M. A. Zago anuncia que levará o assunto ao Co.

10/9 José Tadeu Jorge, reitor da Unicamp, comparece a uma Audiência Pública na Alesp para falar da crise financeira das universidades. Informa que o Cruesp havia protocolado carta na Alesp e no governo na qual reivindica 9,907% da quota-parte do ICMS para as universidades estaduais paulistas. A Unicamp decide complementar o abono já concedido aos docentes (de 21% para 28,6%) e estende o benefício aos funcionários. A Unesp também concede o abono.

11/9 Pela manhã, pressionados por funcionários da USP, governador Geraldo Alckmin e secretário David Uip (Saúde) rechaçam proposta de incorporação do HU. À tarde, durante encontro com uma comissão ampla no Palácio dos Bandeirantes, Alckmin é enfático: “Nem HU nem HRAC serão assumidos pelo Estado”. No mesmo dia, AG da Adusp delibera pela continuidade da greve, para conquistar o abono, indicando eventual suspensão da greve em 22/9.

16/9 Reunião do Co no IPEN aprova concessão de abono de 28,6% para professores e funcionários (por 64 x 33, duas abstenções).

17/9 Após repetidas ausências, M.A. Zago finalmente comparece à Comissão de Educação e Cultura da Alesp, onde escuta uma saraivada de críticas dos parlamentares e lideranças sindicais presentes, mas responde a poucas perguntas e questionamentos. Por diversas vezes o público lhe dá as costas.



a isonomia na reposição salarial referente aos períodos maio-agosto e setembro-novembro de 2014, seja na forma de abono de 28,6% para todos (docentes e funcionários técnico-administrativos), seja na forma de índice salarial. *Folha de S. Paulo* publica declaração de Andrea Calabi (Fazenda) sobre medidas de Zago: “Me inclui fora dessa!”

9/9 Nova rodada de negociação é realizada entre Cruesp e Fórum das Seis, o qual reivindica a concessão de abono de 28,6%, com base no que foi proposto pelo TRT-2 para compensar as perdas inflacionárias sofridas pelas categorias desde a data-base, em maio. Os reitores remetem a questão para negociações em separado por cada uma



Nesse mesmo dia, Reitoria e Sintusp entram em acordo em reunião de conciliação no TRT-2 na qual a USP se vê obrigada a desistir da postura de “reposição integral” das horas paradas dos funcionários.

18/9 Reunidos em sessão da AG, os docentes da USP, após avaliação dos amplos ganhos conquistados pelo movimento, decidem encerrar a greve a partir de 22/9.

19/9 Os funcionários técnico-administrativos da USP aprovam a proposta final saída do TRT-2 e decidem suspender a greve a partir de 22/9.

Co aprova abono de 28,6% para funcionários e docentes

Reunido em 16/9, o Conselho Universitário (Co) da USP aprovou a concessão de abono de 28,6% para funcionários técnico-administrativos e docentes, aca-

tando, assim, proposta feita pelo Fórum das Seis ao Cruesp, originada no TRT-2 durante o processo de dissídio que a Reitoria abriu contra o Sintusp. A Unesp

e a Unicamp já haviam concedido esse abono.

Após muita discussão, finalmente prevaleceu o bom senso no Co, que derrubou por 64 votos a

33, com duas abstenções, o parecer contrário à concessão do abono apresentado na ocasião pela Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP). (<http://bit.ly/1tVUDS7>).

M. A. Zago vai à Alesp, mas ignora vários questionamentos

Se ainda restavam dúvidas acerca da inconsistência dos projetos da Reitoria e das medidas de “contenção de despesas” na USP, elas desapareceram após a audiência pública realizada em 17/9 pela Comissão de Educação e Cultura (CEC) da Alesp, que desta vez contou com a presença do reitor M.A. Zago.

Em cerca de duas horas, o reitor repetiu suas formulações habituais sobre as questões da USP, mas ignorou a maior parte das críticas feitas por representantes de entidades e parlamentares, referentes a temas como a estrutura de poder vigente na instituição, o plano de desvinculação dos hospitais, o Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) e a situação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH).

Vínculo. A deputada Telma de Souza (PT) foi a primeira a defender que o Hospital Universitário (HU) e o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC) continuem sob gestão da USP. Ela insistiu na importância do vínculo e frisou que o tema carece do devido debate.

O reitor concordou que a questão requeria maior discussão, mas alegou que a transferência dos hospitais à Secretaria da Saúde pouparia recursos, que a USP poderia usar para sanear contas e contratar novos docentes; mencionou o fato de que outros hospitais universitários têm sido transferidos, citando o exemplo do Hospital das Clínicas (HC) de Botucatu, ligado à Unesp.

Também a deputada Sarah Munhoz (PCdoB) e o deputado Carlos Giannazi (PSOL) criticaram M.A. Zago, o segundo voltando a lembrar as sucessivas ausências do reitor na CEC.

O professor Ciro Correia, presidente da Adusp, destacou a inconsistência da postura do reitor: enquanto na Alesp admitia que a questão precisaria de mais tempo para ser debatida, na USP ele con-

duziu a proposta de desvinculação do HU e HRAC a “toque de caixa”, dando ao Co apenas pouco mais de uma semana antes de deliberar a respeito.

Lembrou que não é porque algo está acontecendo com frequência que necessariamente é correto, em especial se tem como objetivo desobrigar o Estado de sua responsabilidade de financiar a saúde e permitir a entrega de hospitais públicos às chamadas organizações sociais (OS), que são entidades privadas, travestidas de fins sociais.

O professor disse que o problema de fundo da USP é sua “estrutura de poder anacrônica”, que sequer respeita os índices de representação das categorias definidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (de 1996!), e que o Co é permeado por conflitos de interesses devido ao acúmulo de cargos relacionados com as fundações privadas ditas “de apoio”, que atuam ilegalmente intermediando recursos públicos na universidade.

Terra contaminada. A seguir, como o temário da convocação também dizia respeito à situação da EACH, Ciro denunciou que a Reitoria assinou termo de ajustamento de conduta (TAC) no qual concordou que não poderia haver desinterdição imediata após a assinatura do TAC, mas que, diante da autorização de um desembargador, deixou de lado tal compromisso; como resultado disso, a comunidade da EACH está submetida a uma situação em que nenhuma das exigências da Cetesb foi cumprida, nem foi retirada do campus leste a terra contaminada.

HC de Botucatu. Representantes de entidades abordaram



Manifestantes protestam contra tergiversações do reitor

diversos aspectos. O representante do Sintunesp citou a situação de caos administrativo e funcional no HC de Botucatu, depois que a Unesp o transferiu para o governo. Denunciou que os recursos destinados ao hospital deixaram de ser repassados à instituição e que, além disso, a Unesp teve que se comprometer com a criação de um novo *campus* e de 11 cursos de engenharia, que só fizeram agravar sua situação orçamentária.

O professor Paulo Centoducatte, presidente da Adunicamp, lembrou declaração do vice-reitor V. Agopyan feita durante reunião do Cruesp à qual o reitor da USP não compareceu; na ocasião, Agopyan disse que não haveria qualquer mudança no *status* dos hospitais universitários da USP. Face à realidade atual, Centoducatte indagou o que o reitor Zago teria a dizer sobre o caso.

Pelo Fórum das Seis, o professor César Minto fez um retrospecto da greve: lembrou que a pauta unificada foi entregue ao Cruesp em 28/3, propondo várias reuniões em abril, e indagou: “Por que não houve negociação? Por que até agora só se tratou de salário e não das demais reivindicações, incluindo as que sequer exigem recursos adicionais? César responsabilizou o reitor da USP pela intransigência do Cruesp, dando ensejo a uma greve que teria sido evitada se houvesse respeito à

data base (1º/5), e frisou: “essa postura não pode se repetir”.

João Chaves, presidente da Adunesp, contestou o reitor da USP, que fez referência a um manifesto de repúdio a algumas ações do movimento (como o “cadeiraço”), assinado por centenas de docentes. No mais das vezes, disse o professor, esse tipo de ocorrência se deu como reação às atitudes violentas da Reitoria. Por outro lado, observou que o reitor deixou de mencionar o manifesto “SOS USP”, que colheu milhares de assinaturas em defesa das pautas da greve.

Francisco Miraglia defendeu a manutenção dos hospitais universitários na USP, e relatou como se deu a audiência pública sobre o HRAC na Câmara Municipal de Bauru (ver p. 8). Por outro lado, questionou o Cruesp quanto ao percentual de financiamento que passou a reivindicar, por deixar de incluir no documento ao governo e à Alesp a expressão “total do produto do ICMS-QPE”.

Ao final, a percepção de muitos dos presentes era de perplexidade diante da repetição à exaustão de argumentos “de autoridade”, desprovidos da devida fundamentação. Por outro lado, a expressão de desalento do estafe da Reitoria denotava o resultado desastroso da audiência pública para a já desgastada imagem da gestão.

No debate de 18/9, equipe do HU contesta relatório que subsidia desvinculação

O debate “A desvinculação do HU”, organizado pela Comissão de Mobilização da Adusp e realizado em 18/9 no auditório da Geografia, reuniu o professor José Sebastião Neto, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), autor do relatório utilizado pela Reitoria para subsidiar a proposta de desvinculação do Hospital Universitário e do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), e o professor José Pinhata Otoch, diretor médico do HU.

Mediado pelo professor Ciro Correia, presidente da Adusp, o debate atraiu muitos profissionais do hospital, bem como docentes de diversas unidades da USP. Houve vinte intervenções da plateia, todas respondidas ou comentadas pelos debatedores, em especial Sebastião Neto, bastante questionado (confira matéria completa, com as intervenções e respostas, em <http://goo.gl/9rtnai>).

Na apresentação inicial, o professor da FMRP expôs no telão seu relatório, segundo o qual o HU apresenta custo de R\$ 1,5 milhão por leito por ano, quase o dobro do custo médio do leito em hospi-

tais de média complexidade. “A relação custo-efetividade está desequilibrada”, destacou. Ele ressaltou, contudo, que a seu ver tanto HU como HRAC são hospitais que “servem bem” às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

“Nunca falei em desvinculação, sou uspiano como qualquer um, não devemos abrir mão do nosso patrimônio. Agora, devemos pedir mais dinheiro do governo, na linha do SUS”, alegou. “Minha recomendação foi a vinculação do HU ao Hospital das Clínicas [da FM], que já é uma autarquia”.

Sem impacto. Sebastião Neto, que foi secretário da Saúde de Ribeirão Preto e define-se como gestor, explicou que atua principalmente como cirurgião do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. Ele admitiu que a economia que a USP faria, caso abra mão da gestão dos hospitais, seria pouco expressiva: “Vocês estão certos, [a eventual desvinculação] não tem impacto econômico. Não tem mesmo. Mas tem impacto estruturante. A USP não é o Estado”.

Para o professor Pinhata Otoch,



Pinhata Otoch, Ciro Correia e Sebastião Neto. No microfone, Fátima Simões

seria preciso discutir a função do HU fora do momento de crise. Na sua opinião, o HU “não é um hospital, é uma plataforma de ensino da Universidade”. “O HU é uma experiência exitosa. O grande problema é o financiamento”, disse. No seu entender, o financiamento do SUS para os hospitais secundários, como o HU, precisa ser rediscutido. “As Santas Casas, que são hospitais secundários, faliram”.

Autarquia seria uma das saídas, reconheceu o diretor do HU, “mas é preciso evitar nesse momento a possibilidade de criação de uma organização social (OS), que permite a ‘porta 2’”. O reitor, prosseguiu

ele, “colocou isso numa situação de crise da USP, como uma saída; de forma deslegante, falou que ele preferia contratar docentes, em vez de pagar fralda e remédio”. “Mas pagar fralda e remédio significa financiar uma plataforma de ensino. Então, as questões são mais complexas”.

Ao encerrar, Pinhata Otoch revelou-se “realmente preocupado” com o futuro do HU: “O reitor continua colocando a desvinculação como uma necessidade, vamos ter que continuar brigando. Briga para manter um método de trabalho que deu certo e não é comparável a nenhum outro”.

Bauru rebelar-se contra transferência do HRAC

Uma audiência pública sobre a desvinculação do HRAC (“Centrinho”), realizada em 16/9, lotou a Câmara Municipal de Bauru e mostrou forte resistência ao projeto do reitor M.A. Zago. O prefeito Rodrigo Agostinho compareceu e disse que o HRAC deve ser defendido “com unhas e dentes”. A convite da Câmara Municipal, o professor Francisco Miraglia manifestou-se, em nome da Adusp, e informou que a entidade pedirá ao Conselho Universitário da USP (Co) que a desvinculação seja revogada, até porque não obteve o quórum necessário.

A desvinculação do HRAC, bem como a do HU, e sua decorrente transferência para a pasta estadual da Saúde, foi proposta pelo reitor M.A. Zago, como parte do pacote de medidas de “contenção de despesas” da USP. Na sua reunião de 26/8, o Co aprovou, por maioria simples, a desvinculação do HRAC. Participaram da votação 106 dos 115 conselheiros. O resultado: 63 votos a favor, 27 contra, 16 abstenções.

A Reitoria considerou que basta maioria simples, 59 votos, para decidir sobre o assunto. Miraglia explicou, porém, que o Estatuto da USP exige, para qualquer mudança relacionada a “órgãos complementares” (caso do HRAC), a votação favorável de dois terços dos membros: 77 votos. “É o que prevê o artigo 16, que versa sobre a modificação ou criação de unidades, museus e órgãos complementares. Neste último, se enquadraria o ‘Centrinho’. Este artigo também incluía Núcleos de Apoio à Pesquisa [NAPS], que foram excluídos recentemente. Mas apenas eles (núcleos de apoio) podem ser modificados com 50% dos votos mais um”, detalha.

A mudança no artigo 16 do Estatuto, introduzida em 2011 pela Resolução 5.928, diz: “Artigo 2º – O item 13 do parágrafo único do art 16, alterado pela Resolução nº 5900/2010, passa a ter a seguinte redação: “Art 16 – ... Parágrafo único – Ao Conselho Universitário compete: ...13 – deliberar, por dois terços da totalidade de seus mem-

bros, sobre a criação, incorporação e extinção de Unidades, Museus, órgãos de Integração, *exceto os Núcleos de Apoio*, e órgãos Complementares;” (destaques nossos).

Recurso. Portanto, não resta dúvida: a decisão do Co baseou-se numa “pegadinha estatutária” e precisa ser anulada. A Adusp ingressará com medidas administrativas para impugnar a decisão, e, se for o caso, recorrerá ao Judiciário. Por outro lado, quanto ao método, “a desvinculação foi feita de forma apressada, a toque de caixa e sem a devida discussão”, acrescentou Miraglia.

“A diretora da FOB falou por meia hora e disse que havia feito um amplo debate com a comunidade universitária de Bauru e que todo mundo era a favor da desvinculação. Só que os funcionários, professores e estudantes negam”, afirmou na audiência Naiara Schranck, diretora do DCE-Livre e representante discente do Co, que participou da reunião e avalia que, no decorrer dos trabalhos, a Reitoria adotou uma postura antidemocrática.

Joana Scarcela, diretora do Sintusp, revelou na audiência que o Conselho Deliberativo do HRAC jamais colocou em pauta a desvinculação, ao contrário do afirmado pela diretora da FOB, Maria Aparecida Machado, a Cidinha.

A diretora da FOB vem recuando quanto à posição que sustentou na reunião do Co, embora registrada em ata. Em conversa com funcionários do HRAC, em 19/9, gravada em vídeo, Cidinha declarou: “Em nenhum momento eu coloquei que concordava com transferir o Centrinho”.

A pedido da Adusp, a Câmara Municipal de Bauru deverá votar, em 29/9, duas moções. A primeira, destinada ao governador e ao Cruesp, apoia as propostas do Fórum das Seis protocoladas no Palácio dos Bandeirantes e na Alesp. A segunda, dirigida ao reitor Marco Antonio Zago e ao Co, exorta, “energica e enfaticamente, o Co a rever a modificação do artigo 8º do seu Regimento Geral, mantendo o HRAC como órgão complementar da USP”.

TJ-SP acolhe recurso da Adusp e determina à USP que converta salários de 1994 em URV conforme lei 8.880

Na data de 2/9/2014 o Tribunal de Justiça (TJ-SP) acolheu o recurso de apelação da Adusp contra a sentença que julgava improcedente a ação da URV. A ação tem como objeto o direito ao recálculo dos vencimentos/proventos em decorrência da conversão deficitária em 6,49% (<http://bit.ly/1rsITa7>) dos salários dos docentes de URVs em reais em 1994, bem como o ressarcimento dessa diferença pelos últimos cinco anos retroativos à data de ingresso da ação, em 22/1/2013 (vide <http://goo.gl/FVTRBC>).

O recurso foi julgado pela 3ª Câmara de Direito Público do TJ-SP, com votação unânime, tendo tido como relator o desembargador Camargo Perreira, revisor Antonio Carlos Malheiros e terceiro juiz Marrey Uint. Em defesa da

Adusp sustentou oralmente a adogada Lara Lorena.

O acórdão sustentou a defesa da aplicação da lei federal 8.880/1994 a todos os servidores públicos, e não somente aos federais, sendo obrigatória a observância da sua aplicação pelos Estados e Municípios. Observou ainda, em consonância à posição do Superior Tribunal de Justiça, que reajustes supervenientes à lei 8.880/94 não têm o condão de corrigir equívocos decorrentes da conversão dos vencimentos dos servidores em URV e, portanto, não se compensam.

Alegação. Diz o acórdão que “não merece prosperar a alegação da ré [a USP] de que já teria efetuado a conversão dos vencimentos dos autores [os docentes

representados pela Adusp na ação] no período reclamado, tendo em vista que os documentos por eles juntados não permitem aferir como foram feitos os cálculos dos vencimentos em causa quando da conversão, devendo a diferença almejada ser apurada na fase de execução”.

Assim, o TJ-SP deu provimento ao recurso “para julgar procedente a demanda para determinar que a ré providencie a conversão dos vencimentos dos autores, nos termos da lei federal 8.880/94, com o consequente pagamento das diferenças que foram apuradas, respeitada a prescrição quinquenal”.

A decisão do TJ-SP ainda está sujeita a interposição de recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), e somente em fase de execu-

ção da sentença, uma vez confirmada a decisão do TJ-SP, é que se iniciará a fase de apuração dos valores decorrentes da condenação.

O acórdão também ainda está sujeito a esclarecimentos, por meio de recurso, no tocante ao alcance dessa decisão: se alcançaria toda a categoria, ou somente os associados da entidade; bem como se beneficiaria também os docentes admitidos posteriormente a março de 1994. A Adusp ingressou em 19/9 com esse procedimento, denominado “embargos de declaração”, visando esclarecer esses tópicos nesta fase do processo, para evitar que a questão seja suscitada na fase final de execução, quando pode acarretar maior morosidade para a conclusão do processo.

Comissão Estadual da Verdade realizou extensa audiência pública sobre a USP

A Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva”, da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), realizou em 10 e 11/9 a audiência pública “O Legado da Ditadura na USP. Repressão e estrutura ontem e hoje”. Depuseram na audiência os professores Modesto Carvalho (FD), Maria Silvia Betti (FFLCH), Paulo Arantes (FFLCH), João Zanetic (IF), Dalmo de Abreu Dallari (FD), Maria Hermínia Tavares de Almeida (FFLCH), Silvio Roberto de Azevedo Salinas (IF) e Walter Colli (IQ). Os quatro últimos são membros da CV-USP.

Na sessão de 10/9, Renan Quinalha, assessor da CV Estadual, falou sobre o Regimento Disciplinar da USP, denunciando seus anacronismos e o viés ditatorial de seus dispositivos. A professora Janice Theodoro (FFLCH), atual presidente da CV-USP, apresentou o trabalho da comissão e parte dos dados já levantados por ela.

Desafio. São tantas as informações recebidas pela CV-USP, declarou Janice conforme registro da repórter Monica Ferrero (Alesp), “que o principal desafio na elaboração do relatório será compreen-

Andes-SN é o representante legal dos docentes das instituições federais de ensino superior, decide STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou em 10/9 que o Andes-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, do qual a Adusp é uma seção sindical, é o representante legal dos docentes das instituições de ensino superior públicas, colocando fim ao questionamento apresentado pelo Proifes, em relação à validade do ato do então ministro do Trabalho e Emprego Carlos Lupi, que restabeleceu em 2009 o registro sindical do Andes-SN.

O trânsito em julgado no STF do Mandado de Segurança (MS) 14.690, impetrado pelo Proifes em 2009, põe fim ao processo iniciado pelo braço sindical do governo que buscou na via jurídica, sem demanda legítima da base e sem sustentação legal, questionar o Andes-SN.

A última decisão da 2ª Turma do STF, que rejeitou por unani-

midade o Embargo de Declaração apresentado pelo Proifes no processo, afirma que “não se revelam cabíveis os embargos de declaração, quando a parte recorrente [Proifes] — a pretexto de esclarecer uma inexistente situação de obscuridade, omissão ou contradição — vem a utilizá-los com o objetivo de infringir o julgado e de, assim, viabilizar um indevido reexame da causa”.

Para Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN, a decisão reforça o que a história do Sindicato Nacional vem confirmando durante os mais de 30 anos de luta da entidade: “Este fato nos anima a dar continuidade à luta pela valorização do trabalho docente, a conseguir reabrir com o governo a negociação da carreira dos docentes das federais, a qual foi descaracterizada e desestruturada pela ação conivente da enti-

dade que questionou na Justiça o registro do Andes-SN”.

Vale fazer um breve histórico do desenrolar da tramitação do frustrado mandado de segurança contra o Andes-SN. Ajuizado pelo Proifes perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o MS 14.690 foi rejeitado, motivo pelo qual a entidade “chapa-branca” apresentou recurso ordinário (RMS 31898) ao STF. Tal recurso foi julgado monocraticamente pelo ministro Celso de Mello, que lhe negou provimento; decisão da qual o Proifes recorreu novamente, mediante agravo regimental.

Submetido ao julgamento da 2ª Turma do STF, o agravo foi improvido, decisão da qual, uma vez mais, o Proifes recorreu valendo-se dos embargos de declaração. Finalmente os embargos foram rejeitados, em decisão que encerrou o processo.

der o conjunto documental e analisar qual política estava sendo desenvolvida pela repressão”.

Na sessão de 11/9, o professor Ciro Teixeira Correia, presidente

da Adusp, discorreu sobre o tema “Fundações e núcleos de pesquisa”; a professora Maria Caraméz Carlotto sobre “A estrutura de poder atual”; o professor Franklin Leo-

poldo e Silva sobre “Procedimentos de gestão privada; captação de recursos; perda de laços orgânicos; individualismo competitivo; modernização conservadora”.